

ARTIGO

GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM 2012: UM MOVIMENTO NA ACADEMIA E SUA REPERCUSSÃO NA SOCIEDADE

Resumo

A virada do século XX foi marcada por duas grandes greves no ensino federal brasileiro – 1998 e 2001. No entanto, esta recente greve ocorrida em 2012 desponta como a maior dos últimos tempos, de maior mobilização e adesão. O presente trabalho debruçou-se na pesquisa documental buscando dados e informações através de atas e outros documentos expedidos, tanto pela ANDES quanto pelo Governo Federal. Entre os resultados, observou-se que em termos de reajuste, o mínimo alcançado pelos docentes foi de 25% e o máximo de 40%. As questões relativas à infraestrutura e expansão desordenada do REUNI, que serviram de base e motivação para greve, viram-se esbarradas no plano de execução do governo. Dessa forma, conclui-se que a Universidade no Brasil, ainda que, cumpra seu papel social e econômico, não apresenta uma real valorização por parte do governo e da sociedade. As greves têm uma razão de ser na Universidade pública atualmente.

Palavras-Chave:

Universidade; Docência; Greve; Movimento.

Abstract

The turn of the twentieth century was marked by two major strikes in the Brazilian federal education - 1998 and 2001. However, this recent strike occurred in 2012 stands out as the biggest of recent times, greater mobilization and membership. This study has looked at the data and documentary research seeking information through the minutes and other documents issued by both the ANDES as the Federal Government. Among the results, it was found that in terms of adjustment, the minimum was achieved by the teaching of 25% and a maximum of 40%. Issues relating to infrastructure and sprawl of REUNI, which served as the basis and motivation to strike, found themselves limited by the execution plan of the government. Thus, it is concluded that the University in Brazil, though, to fulfill its social and economic role, has no real appreciation by the government and society. Strikes have a reason to be in the public University today.

Keywords:

University; Teaching; Strike; Movement.

* Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, diretor Presidente da Empresa Júnior de Administração Unimontes.

** Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, coordenador do grupo de pesquisa - gepad da Universidade Estadual de Montes Claros.

Introdução

A virada do século XX foi marcada por duas grandes greves no ensino federal brasileiro – 1998 e 2001. À época, as motivações para greve se baseavam no descontentamento da classe de professores com o sucateamento das Universidades brasileiras em prol da política neoliberalista implantada pelos Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Hoje, passada mais de uma década, com a ascensão política de um líder sindical e uma década de mudanças sociais, pressupõe-se uma nova visão de Estado. No entanto, esta recente greve desponta como a maior dos últimos tempos e de maior mobilização e adesão. Torna-se então, necessária a discussão sobre o que é espaço universitário e o papel da Universidade no Brasil de hoje. A mudança de governo alterou a forma de lidar com a educação superior ou houve a continuação da então política de sucateamento das Universidades? A greve articulada e estruturada, aparentemente conseguiu unir uma das classes mais poderosas que um país pode ter: os provedores do conhecimento e da ciência. Uma classe com poder econômico e que se tiver aliada seus interesses com o do Estado, pode colocar em prática um plano nacional de desenvolvimento e projetar uma nova nação.

O Brasil vive hoje um momento econômico e social único. Destacado pela imprensa internacional como um dos integrantes do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), grupo de países emergentes com economia pujante e grande expectativa de crescimento nos próximos anos; nosso país precisa também desenvolver uma base sólida que garanta não só o crescimento, mas um desenvolvimento nacional. Uma das sustentações que um país pode ter é desenvolver-se tecnologicamente e ser dotado de mão de obra qualificada e diversificada para a indústria nacional. A educação superior é um dos fatores-chaves dentro da perspectiva de um plano nacional de desenvolvimento. A Coreia do Sul, a exemplo, apresentou como uma das alavancas do desenvolvimento um sistema educacional fortalecido¹ que estendeu da educação básica à educação superior e, tendo esta última aliada ao setor privado, possibilitou ao país despontar como potência *hi-tech*.

A educação básica pública no Brasil já é apontada como defasada, mal estruturada e com traços de evasão e repetência de alunos, bem como uma má qualidade no ensino em geral. A educação superior, em número de instituições de ensino, docentes e discentes, avançou nos últimos anos segundo o Censo do Ensino Superior, no

1 Segundo Fleury e De Mattos (1991), a centralização do sistema de educação na Coreia, busca através do Ministério da Educação prover assistência financeira (sendo as verbas federais a maior fatia do orçamento das escolas), assessoria em políticas educacionais e qualificação do corpo docente. “Tanto na Coreia como no Japão, o diploma de nível superior é muito valorizado porque garante os melhores empregos”.

entanto, puxada pelo setor privado. Faculdades em todo país têm cursos, às vezes, sem a mínima estrutura, regulamentados e aprovados pelo Ministério da Educação (MEC). A Educação a Distância, modalidade surgida na última década com a bandeira de levar o ensino a todos os cantos do país, precariza o ensino, torna-o banal e o diminui qualitativamente. Por trás desse avanço do ensino superior privado, o Estado assiste imóvel e com certo incentivo, pois há uma busca desesperada por números; quer-se vangloriar de altos percentuais de população com ensino superior sem, no entanto, preocupar com a real qualidade deste ensino.

O ensino superior público, em específico os professores universitários, veem-se desamparados e desassistidos. Em nível federal, outros profissionais, sem o mesmo nível de qualificação – mestrado e doutorado; recebem salários superiores aos dos professores. Laboratórios com falta de estrutura, sem material, com instrumentos e aparelhos antiquados e/ou ultrapassados, a falta de recursos e incentivos às pesquisas e em alguns casos, abertura de Universidades e cursos sem estrutura necessária para o bom funcionamento.

O governo, por outro lado, se esforça – de forma estruturada ou não, tentando expandir a educação superior pública, reestruturando e expandindo as Universidades Federais através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), inclusive, um dos pontos das reivindicações dos grevistas.

A greve dos professores universitários da rede federal de ensino deflagrada em maio de 2012 surge apontando o total descontentamento da classe em relação a atual situação do ensino e das Universidades. Entre as greves das últimas décadas, esta de 2012 superou em dias de paralização as ocorridas em 1991, 1998, 2001 e 2005, todas com mais de cem dias de paralização, sendo a de 2005, considerada a mais longa até a presente data.

Em uma época onde greves têm de ser bem articuladas para que não percam seu sentido nem seu poder de barganha, a última greve de 2012 desponta como a mais longa, a de maior adesão e que trouxe para a classe de professores uma unidade. Dentre as bandeiras levantadas pelos grevistas, a melhoria da estrutura das Universidades, o aumento de recursos para apoio às atividades de pesquisa e extensão, melhoria no plano de carreira dos professores, entre outros pontos encontravam-se em pauta.

Os professores universitários, em sua maioria, veem na profissão escolhida, a oportunidade de realização de pesquisas, desenvolver projetos extensionistas, bem como dar novos ares à Universidade, tornando-a local não só de repasse de conhe-

cimento, mas de discussão e criação deste. A multiversidade, como apontada por alguns autores, é lugar de expressão das mais diversas ciências, de difusão dos mais diversos conhecimentos. A questão, é que toda essa visão de Universidade e carreira está sendo reprimida com a atual política educacional desenvolvida em nosso país. A greve busca então, muito mais que as reivindicações já supracitadas, busca uma nova Universidade.

Devido ao caráter do objeto de pesquisa ser um movimento ocorrido recentemente, com data de início e de fim, a pesquisa aqui desenvolvida apresenta três aspectos: pesquisa exploratória, documental e bibliográfica.

A pesquisa do tipo exploratória permite uma maior familiaridade com o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Por ser uma pesquisa bastante específica, pode-se afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, que em consonância com outras fontes dará base ao assunto abordado.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a principal característica das pesquisas do tipo documental é o foco desta estar relacionado à busca de dados e informações, de forma restrita, em documentos escritos ou não. Constituindo-se assim, uma coleta de dados em fontes primárias. “Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.37).

O acesso a tais documentos deu-se via sítios eletrônicos, como o próprio portal da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Entre atas disponíveis no sítio que retratavam sobre a greve, utilizou como base trinta e um Comunicados Nacionais de Greve que, em sua maioria, contemplavam atas de reuniões e assembleias da Associação e de suas respectivas seções sindicais.

A pesquisa bibliográfica, ainda segundo Marconi e Lakatos (2003), constitui-se de consulta a fontes secundárias. Visa assim, consultar bibliografia já publicada em relação ao tema objeto de estudo. “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto...” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.39).

No tocante a pesquisa bibliográfica, fez-se uso desta para estudo da temática greve e utilizou-se como base livros e estudos de movimentos grevistas no ensino superior, ocorridos anteriormente no Brasil, como as greves nas Universidades paulistas no início do século XXI.

A Universidade e as mudanças promovidas

Ao buscar a autonomia universitária que a movimento requeria, observa-se que hoje, pensar no espaço universitário como um espaço de produzir ciência e conhecimento de forma independente, segundo a vontade dos pesquisadores, é quase impossível. Queria ou não, a Universidade sempre esteve acoplada a interesses superiores, o jogo político e o tráfico de influência acabam por permitir que determinados setores ou instituições recebam (mais) recursos em detrimento de outros.

Atacada por todos os lados, a Universidade pública encontra-se como que suspensa no ar: ciosa de sua história e de sua importância estratégica, mas com terríveis dificuldades para se por diante de um mundo que muda depressa demais e subverte a cultura, os padrões do conhecimento científico e a natureza das instituições. Ou seja, as Universidades estão sofrendo as consequências do espírito do tempo e se veem – elas também – imersas numa profunda crise de valores e projetos. (LAHUERTA e NOGUEIRA, 2001, p.157).

A mercantilização do ensino promovida nas últimas duas décadas acaba por prejudicar o ensino superior, que passa por uma situação onde é quase possível ver instituições comercializarem diplomas.² A educação à distância, outra modalidade de oferta do ensino superior brasileiro, apresenta cada vez mais um maior número de matrículas e empresas atuantes no setor, a exemplo, o maior grupo educacional do mundo é um brasileiro, resultante da fusão entre Anhanguera e Kroton, duas gigantes do ensino à distância.

Com o discurso de levar o ensino superior ao interior do Brasil e àqueles que não têm condições de ter acesso e cursar uma graduação presencial, o governo tende a valorizar esta modalidade frente à presencial visando alcançar números e penetração do ensino superior nos municípios de forma mais rápida.

Juntos, o ensino superior privado e a educação à distância, estão alcançando números expressivos de matrículas e eximindo o Estado de se preocupar, em partes, com o ensino superior público. A criação por parte do governo de programas de acesso às instituições privadas como PROUNI e FIES permite que alunos de diversas classes sociais cheguem à uma instituição de ensino.

Apesar de ser uma concessão do estado à iniciativa privada e passar por supervisões rigorosas, o ensino superior nas instituições particulares nem sempre se estrutura de forma adequada atingindo de forma direta a promoção do ensino e for-

2 Faculdade que aprovou aluno sem conhecimento do professor fraudou sistema, diz docente – Jornal OTempo. Publicado em 14/08/13. Faculdade de Tecnologia do Comércio de Belo Horizonte, por meio de seus coordenadores passaram a pressionar um docente para que este aprovasse determinado acadêmico que não havia obtido nota para aprovação. Ao contrariar o direcionamento da gestão, o docente de mais de 27 anos de experiência foi demitido.

mação dos acadêmicos. Além desta situação, a expansão desmedida de instituições credenciadas acaba por tornar o ensino superior algo de fácil acesso e de baixo valor, sobrando às Universidades o papel de assegurar um espaço de ensino de qualidade neste ambiente cada vez mais mercantilizado.

A Universidade pública ascende como o reduto para os docentes e discentes que enxergam este espaço além das paredes da sala de aula, veem nesta um espaço de pesquisa e ciência, no entanto, sem ser necessariamente um espaço somente deste tipo de profissional.

Por outro lado, segundo Goergen (2006), as Universidades privadas apresentam poucos professores em tempo integral frente ao grande número de contratados e horistas. A disputa destes profissionais entre si para garantirem aulas e completarem uma carga horária mínima que lhes garanta uma boa remuneração promovem, o que defende o autor, “um verdadeiro périplo diário entre diversas instituições para ali ministrar aulas apressadas, burocráticas, repetidas, sem conhecimento nem compromisso com a formação dos alunos”.

Enquanto o Estado vê-se diminuído na sua obrigação de prover o ensino superior – devido seu alto custo e baixa produtividade, bem como o setor privado se encarregando de provê-lo – os docentes que se propõe a estar na Universidade pública nem sempre fazem com que exerça os três pilares: ensino, pesquisa e extensão, próprios da Universidade. A busca por estabilidade, salários relativamente altos, baixo controle e carga horária amortizada em outras atividades decorrentes do exercício da docência, faz com que este espaço seja cobiçado não só por docentes que visam a pesquisa, mas até mesmo pelos denominados “concurseiros”, permitindo que a ciência não seja explorada por todos os docentes.

Ao longo das últimas décadas, vivemos momentos ora promissores, ora decepcionantes no que se refere ao ensino superior. Promissora foi a expansão quantitativa; decepcionante o fato de tal expansão ter-se dado com base na privatização. Muito preocupante é a constatação de que a privatização seguiu, predominantemente, critérios quantitativos, ditados por interesses econômicos. A ausência do Estado abriu espaço para a ação da privatização neoliberal, de orientação fortemente calcada no modelo econômico, alheia aos requisitos de qualidade e de responsabilidade social. A falta de recursos públicos pode justificar o investimento privado, mas este não pode ocorrer sem zelo pela qualidade, que é de responsabilidade do Estado. O Estado retirou-se e escancarou as portas para a selvageria mercantilista voraz e irresponsável que, agora, dificilmente poderá ser detida. (GOERGEN, 2006, pág.79)

A Universidade chega ao ponto em que é “atacada” pelo Estado e internamente pelos próprios docentes. Adiciona-se ainda a falta de valorização do ensino público

pelos discentes, que uma vez inseridos à Universidade não se conscientizam enquanto investimento da sociedade e a necessidade de produzir retorno à esta.

Quando analisada a situação das Universidades, lembrando que a estas cabe o exercício do Ensino, Pesquisa e Extensão, observa-se um “desconhecimento” desses pilares pela comunidade acadêmica bem como um desincentivo do governo para tal, sem deixar de cobrar por estes. Como pensar a evolução da ciência se nas Universidades é a minoria dos professores e acadêmicos que se envolve e faz acontecer as atividades extra sala de aula?

O incentivo à pesquisa também esbarra em um sistema que tem como base um círculo vicioso: os editais de fomento à pesquisa favorecem quem já está no sistema. Normalmente, os editais selecionam os projetos destinatários de recursos pelo currículo do docente coordenador de tal, os melhores currículos, avaliados em pontos, “levam” os recursos. A questão é que quem já está no sistema e apresenta maior tempo de carreira, acaba por conseguir maior pontuação frente aos que são novos no sistema e quase não tem pontos. Em um próximo edital a tendência é que o docente com projeto financiado aumente seus pontos e o outro não, tornando o financiamento à pesquisa um círculo vicioso que favorece àqueles que já estão a mais tempo na atividade.

Em um contexto mais amplo, percebe-se uma alteração no sentido da política educacional que acaba por alterar também, as próprias atividades da docência. A atual política que visa estender o acesso à Universidade pública, acaba por aumentar o número de matrículas sem ter, em contrapartida, uma infraestrutura correspondente que leve em consideração também o número de professores e técnicos necessários para manter a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), anteriormente à greve já apontava que o REUNI, por sua forma de estruturação, acabaria por precarizar o ensino superior público, podendo ampliar o déficit histórico do número de professores e servidores técnico-administrativos. Observa-se ainda, que essa mesma lógica acabou por orientar a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo apresentado as mesmas implicações de precarização para os cargos de EBTT.

A construção, condução e eficácia da greve

Um movimento de greve para eclodir precisa que primeiramente haja a identificação por parte dos grevistas de uma identificação à um grupo, à um movimento e aos seus ideais. É necessário esse sentido de pertencimento. Observa-se ainda a busca por identificar seu líder/representante, seus objetivos, de seus inimigos e a conscientização da classe como um todo de adesão aos ideais daquele movimento (FURTADO *apud* OLIVEIRA, PINI e FELDFEBER, 2011). A greve em si tem por objetivo, dentre outros, o questionamento da classe sobre sua atual posição dentro daquele contexto e conjuntura de relação trabalhista.

Surge então uma necessidade de discussão interna e externa ao movimento. A primeira refere-se a um momento de reflexão da classe sobre sua função econômica, seu papel no processo produtivo e sua participação nos ganhos. No caso da classe docente, observa-se que a greve nem sempre faz despertar essa conversa do trabalhador com ele mesmo. Cientes da condição salarial aquém da desejada, parte dos docentes buscam saídas individuais para obtenção de ganhos consideráveis: complementação salarial em outras instituições, bolsas, cursos e projetos diversos.

Em conformidade com essa ideia, Fantinatti (2001) aponta que esse tipo de incoerência no interior das Universidades, dentre outros, faz com que a perda de poder aquisitivo seja sentida de menor forma (ou nem sentida) para os que burlam o cumprimento dos regimes de trabalho (Dedicação exclusiva, ou nos casos em que se observam professores com cargos de 40h e 20h em uma instituição pública ou cargos diversos em outras instituições, bem como atividade autônoma).

Essa busca individual pela resolução dos problemas que são da classe docente faz com que nos momentos de luta da classe, essa perca força, devido à parcela dos docentes estar desapegada aos objetivos desta. O grande entrave na organização de movimentos coletivos pelas associações sindicais se encontra na outra ponta do movimento: as saídas individuais para minimizar o descontentamento.

Em virtude dessa não identificação de parte da classe docente com os ideais de greve, o sindicante enquanto líder e articulador do movimento tende a pensar não só na consecução dos objetivos, mas na estruturação dos docentes enquanto classe, daí ter em pauta a realização de concurso público com vagas preferencialmente para docentes em dedicação exclusiva. O regime de dedicação exclusiva ao obrigar o docente permanecer com apenas este vínculo, o faz sentir de forma mais intensa as perdas salariais apresentadas pela classe, bem como inibe a busca por saídas in-

individuais, muitas vezes estabelecidas por parte dos docentes. Dessa forma, com um maior número de docentes em dedicação exclusiva, espera-se que em momentos de união da classe visando greve e mobilização, a adesão seja maior.

Quanto à discussão externa ao movimento, esta deve ser feita entre classe, Estado e sociedade. Em um primeiro momento, junto ao Estado, há uma necessidade da classe em situar este acerca do papel estratégico da educação na execução de um plano nacional de desenvolvimento. Tal papel é por vezes sabido, mas nem sempre valorado.

Em período pré-eleitoral como o em que ocorreu e se estendeu a greve, os grevistas buscaram e souberam fazer deste momento uma oportunidade para uma jogada política: a não concretização de pontos da pauta, poderiam no mínimo, influenciar em resultados negativos (ou abaixo do esperado) para políticos da base governista. Em termos políticos, a discussão grevistas-governo retomou ainda a situação de greve empreendida no então governo de Fernando Henrique Cardoso, gerando comparações dentre do próprio movimento: o governo tucano conseguira em momento de greve apresentar maior respeito à classe docente que o atual governo.

A construção dessa ideia junto a toda classe docente, bem como à população, poderia trazer determinadas perdas políticas, as quais o governo não estava disposto a pagar pra ver. Ressalta ainda que o poder de mobilização e indução política dos docentes consegue atingir naturalmente 3.030.754 alunos de graduação,³ sem levar em consideração que indiretamente uma greve no setor da educação para setores indiretamente ligados a este como alimentação, moradia e transporte. Se a sociedade comprasse a briga junto aos docentes, o resultado poderia tender a duas situações: aceitação dos pontos de pauta pelo governo ou uma prévia derrota política do governo nas eleições próximas.

Enquanto de um lado ensaiava como se livrar da greve, do outro lado o governo buscava acelerar a aprovação de um projeto de lei de 2011 que modifica as bases legais do direito de greve. Dentre as principais modificações que emergem como inibidoras do exercício de greve estão:

Art. 13. São efeitos imediatos da greve:

II – a suspensão do pagamento da remuneração correspondente aos dias não trabalhados;

III – a vedação à contagem dos dias não trabalhados como tempo de serviço, para quaisquer efeitos.

3 Número de matrículas em cursos de graduação presencial no ano de 2010. Censo da Educação Superior.

As alterações acima acabam por quase eliminar a possibilidade de greves longas como a dos docentes em 2012. A instalação e permanência do estado de greve sugere o não pagamento da remuneração. Outro ponto é a ampliação do entendimento do que seriam atividades estatais essenciais, bem como o percentual mínimo a se manter de servidores exercendo tais atividades, saindo dos 30% previsto anteriormente para 50% e 70% para atividades não essenciais e essenciais, respectivamente⁴.

Ainda em tramitação no Senado, o projeto de lei não se encontra aprovado, mas acena para limitações futuras no direito à greve bem como na busca por melhorias no sistema de relações trabalhistas no Brasil.

As lideranças, os liderados e o processo de negociação

Uma vez deflagrada a greve, a ANDES através de suas seções regionais buscou articular o movimento de forma a conseguir um maior número de docentes, departamentos e instituições aderindo a tal. O movimento se constrói em seu decorrer, não é algo que se faz em um momento zero e se mantém estático, é preciso agregar recursos e mobilização em prol do mesmo.

4 Art. 17. São considerados serviços públicos ou atividades estatais essenciais aqueles que afetem a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos, em especial: A assistência médico-hospitalar e ambulatorial; os serviços de distribuição de medicamentos de uso continuado pelo Serviço Único de Saúde; os serviços vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários; o tratamento e o abastecimento de água; a captação e o tratamento de esgoto e lixo; a vigilância sanitária; a produção e a distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; a guarda de substâncias radioativas e equipamentos e materiais nucleares; as atividades de necropsia, liberação de cadáver, exame de corpo de delito e de funerária; a segurança pública; a defesa civil; o serviço de controle de tráfego aéreo; o transporte coletivo; as telecomunicações; os serviços judiciários e do Ministério Público; a defensoria pública; a defesa judicial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das suas respectivas autarquias e fundações; a atividade de arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições sociais; o serviço diplomático; os serviços vinculados ao processo legislativo; e o processamento de dados ligados a serviços essenciais.

Art. 18. Durante a greve em serviços públicos ou atividades estatais essenciais, ficam as entidades sindicais ou os servidores, conforme o caso, obrigados a manter em atividade percentual mínimo de sessenta por cento do total dos servidores, com o propósito de assegurar a regular continuidade da prestação dos serviços públicos ou atividades estatais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único. O percentual mínimo de que trata o caput será de oitenta por cento do total de servidores, durante a greve em serviços públicos ou atividades essenciais de que trata o inciso X do art. 17.

Art. 19. No caso de greve em serviços públicos ou atividades estatais não-essenciais, as entidades sindicais ou os servidores, conforme o caso, são obrigados a manter em atividade percentual mínimo de cinquenta por cento do total dos servidores, com o propósito de assegurar a regular continuidade da prestação dos serviços públicos ou das atividades estatais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Quase ao final do mês de junho (23) de 2012, com pouco mais de um mês após a deflagração da greve nacional, o movimento conseguiu se expandir vigorosamente por todo o país. Em pouco tempo, a greve passou se alastrar para todos os setores da educação superior federal, mobilizando docentes, acadêmicos e servidores técnico-administrativos das mais de 90% das Universidades e institutos federais do país. Aos poucos, o movimento passava a evidenciar a profundidade da crise estrutural que afeta o sistema federal de ensino superior no Brasil.

É interessante ressaltar que desde o início do movimento o governo se posicionou contra a greve e, por considerar desnecessária tendo em vista os prazos para implementação dos ajustes e negociação do reajuste, recusou-se a negociar com o movimento. Com o crescer e fortalecer do movimento docente o governo viu-se obrigado a receber as lideranças do movimento para negociação e buscar saídas em relação à greve.

O primeiro passo dado pelo governo foi reunir representantes do governo, como o MPOG e o Ministro da Educação, com os líderes do movimento visando entender as demandas e receber formalmente a pauta de reivindicações. Uma vez recebidas as demandas e passadas algumas semanas, o governo não apresentou qualquer proposta de negociação, tal ato passou a demonstrar que, apesar de ter mantido nos últimos anos um processo de negociação, o governo não tinha até aquele momento qualquer proposta concreta para apresentar à categoria.

A questão da espera de proposta por parte do governo era tão desanimadora que o posicionamento do ANDIFES formada pelos Dirigentes das IFES, na segunda semana de julho, era de que o governo não apresentaria proposta aos docentes antes do prazo estabelecido pelo próprio governo. A conjuntura de greve estabelecida, não só no setor da educação superior, mas em outros setores da economia, acabou por colocar o governo em uma situação complexa: como negociar com uma categoria sendo que para as outras não há propostas? O perigo de que fosse realizada uma proposta aos docentes e estes a aceitassem, e a greve nas Universidades não fosse resolvida devido os técnicos continuarem seu movimento, era real.

Ao governo realizar uma Reunião com explanação de pontos a serem modificados na carreira, sem formalizar a proposta e logo após o movimento avançar com pressão e busca de apoio dentro do congresso e junto a parlamentares, o governo acabou por cessar o processo de negociação. O movimento buscando reagir ao que denominaram de postura autoritária e antidemocrática por parte do governo buscou mobilizar-se frente à principais órgãos e instituições do governo. A ideia era trazer comoção social de que a situação era grave e o Estado fazia vista grossa e negava-se a negociar.

O que despontou como grande trunfo do movimento foi o período pré-eleitoral e a candidatura de vários candidatos da base governista. Dessa forma, o movimento passou a contar com o poder político para atingir os objetivos num momento de suscetibilidade da base governista. Concomitante ao movimento se observou uma queda da popularidade da Presidente Dilma nas principais capitais⁵, podendo ser entendido como um reflexo do movimento grevista e a dimensão que este tomou.

Em uma segunda Reunião, e tida como a última para negociação, o governo acabou por apresentar uma proposta de revisão de carreira e melhoria salarial que acabou por contentar parte dos sindicatos envolvidos, inicialmente o PROIFES e logo depois o FASUBRA, restando apenas a ANDES que acabou por ceder, uma vez que a greve perdeu força aos dois primeiros sindicatos acatarem a proposta do governo.

A proposta apresentada pelo governo acabou por ser acatada por prever a redução dos níveis na carreira, além de apresentar aumento significativo para determinadas classes de docentes, satisfazendo parte da valorização cobrada por parte do movimento. A proposta acabou resultando na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Outro ponto que influenciou no acatamento desta proposta foi a conjuntura de greve em nível nacional⁶. Enquanto o governo por um lado não poderia oferecer todos os pontos requeridos em pauta pelos grevistas docentes, pois havia outros setores em greve, e caso acatasse pelos docentes teria de acatar para os demais; do outro lado os docentes tinham consciência dessa situação e viram naquela proposta o extremo de concessão que o governo chegaria.

5 RICCI, Ruda Guedes Moises Salerno. Popularidade de Dilma em queda?

6 Dentre os profissionais de nível federal que estavam em greve, apresenta-se como os que se encontravam em processo de negociação: as dezoito categorias representadas pela Condsef (Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) – Saúde, Funasa, Previdência, Trabalho, Cultura, Fazenda, Funai, Agricultura, Arquivo Nacional, Imprensa Nacional, Museu do Índio, Planejamento, Justiça, Transportes, Embratur, Secretaria de Patrimônio da União, administrativos da Polícia Rodoviária Federal e Integração Nacional; o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc-SN), o Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi); o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); o Instituto dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer (Inca); a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef); a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef); o Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (Sinpec-DF); o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá); e a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF).

A opinião pública e a mídia

A mídia, seja esta impressa, virtual ou televisionada, desponta e se reafirma como entidade com o poder de influenciar, manipular e criar tendências, pensamentos, comportamentos e ideais. Sendo um espaço de debates que, por vezes, dispõe-se a ser palco de discussões que não cabem ser debatidas na mídia de massa. (MOUNIER, *apud* DOURADO, 2010).

Quando da deflagração da greve o primeiro ato da ANDES foi emitir uma nota/comunicado, à sociedade e governo, expondo os motivos do movimento bem como a situação na qual se encontrava as Universidades e Institutos Federais e a carreira docente. Informado e notificado sobre a greve, o governo convocou a imprensa e, via TV NBR, posicionou-se como desnecessária e precipitada a greve. O posicionamento e explicitação da ANDES não chegou ao conhecimento da população via rede nacional de televisão, o posicionamento do governo sim.

O movimento foi marcado por diversos comunicados e notas expedidas pela ANDES para os próprios docentes, para a sociedade em geral e para o próprio governo (ANEXOS IV e V). Observa-se que mesmo ponderando o poder midiático do sindicato e do movimento, as redes de televisão (meio de comunicação de maior alcance), em momento algum procurou consultar e dar abertura os grevistas para exposição da situação e ideais. Essas mesmas redes de televisão omitiram durante cerca de dois meses os fatos relacionados à greve. O primeiro momento de eclosão foi noticiado, e algumas chamadas breves sobre a manutenção do movimento e os reflexos deste no calendário letivo dos alunos.

A mídia virtual apresentou-se como a que permitiu maior liberdade de informação e fluência desta. À exceção dos sites jornalísticos, geralmente ligados à imprensa televisiva ou impressa, as redes sociais e blogs favoreceram que as opiniões e fatos diários relacionados ao movimento, chegassem ao conhecimento de boa parte da população.

Uma das principais redes sociais, o Facebook, permitiu que a sociedade se organizasse em grupos de discussão criados por alunos ou professores e direcionados a discutir a greve nas próprias Universidades. Algumas páginas como “Deu pau na Federal” apresentavam situações vividas pelos acadêmicos bem como o descontentamento com o governo e não com os grevistas: #ForeverSemFérias e “Você me deve uma vida Dilma” explicitavam o descontentamento com tal situação.

A polinização de posts referentes à greve, adesão e permanência nesta, além da abertura para posicionamentos e críticas políticas – atiradas para todos os lados,

seja a favor do governo ou dos grevistas; tornou o movimento um objeto de conhecimento geral, e fez das redes sociais o principal meio de “comunicar” a sociedade sobre o que ocorria naquele momento entre docentes, ANDES, MPOG, MEC e governo.

A mídia impressa por outro lado, dispersa geograficamente e encarnada nos jornais de circulação nacional, regional e local, passaram a transmitir notícias relacionadas à greve e seus efeitos. Nesses níveis mais locais foi possível que as seções da ANDES e os docentes conseguissem espaço para discutirem e exporem a situação dos grevistas e do movimento. Se por um lado as redes de televisão não se incumbiam de noticiar semanalmente os fatos de maior importância, as mídias impressas o faziam via notícia ou via colonistas.

A grande questão da mídia impressa é a possibilidade de compra de opinião, ainda mais quando se trata de jornais de grande circulação e colonistas com nome. No dia dezessete de julho, a Folha de São Paulo publicou um artigo de autoria de Alberto Carlos Almeida, tal artigo acabou por causar repulsa aos membros do movimento que se viram rotulados como “pagos para não trabalhar”. Considerado, segundo Reinaldo Azevedo⁷, um fabricante de teses social-liberais sob encomenda, a percepção explícita no artigo demonstra o tendenciamento a tal situação, uma vez que, com a formação de Cientista Social e mestre e doutor em Ciências Políticas, esperava-se outro posicionamento de tal.

A partir de tal comentário, E SILVA (*et al.*, 2001) aponta que a repressão apresentada no texto acaba por desvelar os limites reais da democracia vigente em nosso país com os limites reais do estado de direito, comumente alardeado pelos governos federal e estadual. Percebe-se que quando a mobilização social e de classe se fazem ouvir, se movimentam e dão expressão a uma causa, os superiores os desqualificam, acusando-os de corporativistas, arcaicos ou baderneiros; este termo, tão comum à ditadura militar, volta a ser usado pelos governantes e pela mídia a eles atrelada (E SILVA *et al.*, 2001).

Em nota a ANDES apresentou toda uma desconstrução do texto apresentado pelo comentarista que para dizer que a “greve nas Universidades é uma vergonha” começa a elencar de forma simplista os seus argumentos. Ao afirmar que as greves são decididas por uma minoria, as atas de assembleias das seções da ANDES mostram que um número representativo de docentes tem comparecido a estas (ANDES - Comunicado CNG15).

7 Retirado de <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/alberto-carlos-de-almeida/>

O comentarista ainda afirma que cursos de Engenharia, Medicina e Direito (considerados os cursos “de gente”) nunca param. No entanto, a precariedade das condições de trabalho atingiu níveis tão alarmantes, que os cursos de Medicina e Direito também aderiram ao movimento, sem entrar na questão da EBSERH que representa um dos pontos de maior insatisfação dos cursos médicos. Observa-se ainda, que ao confrontar o movimento, o comentarista esquece que os trabalhadores têm na greve um instrumento legítimo de reivindicação dos seus direitos e que a greve só foi deflagrada após dois anos de tratativas com o governo que não resultaram em cumprimento de acordos assinados.

Considerações finais

O movimento grevista ocorrido em 2012 desponta como prova de que a classe docente conscientizou-se nos últimos anos das perdas salariais que vinha apresentando com o andar dos anos e com reajustes abaixo do necessário. A questão da infraestrutura, por vezes não sentida de forma direta, nem sempre surge como fator motivador de mobilização. O acordo 04/2011 firmado entre governo e sindicato para reajuste de 4%, ao não ser cumprido, surtiu efeito de “despertar” da classe docente. Previsto para ser instituído em março de 2012, iniciou o mês de maio (início da greve), e o reajuste não havia saído do papel: o pavio foi aceso.

Em termos de reajuste, o que de início eram apenas 4% de reajuste, acabou por tomar dimensões em que o reajuste mínimo foi de 25% e o máximo (Professores Titulares) de 40%, sobre a remuneração de março de 2012, base para o aumento de 4%. O ajustamento dos valores ocorrerá em três parcelas, nos anos de 2013, 2014 e 2015.

No entanto, ao analisar o plano de carreira vigente, observa-se que um docente com o título de doutorado que ingressa na carreira com trinta anos, só alcançará o nível máximo com quase quarenta anos de idade, por força da obediência aos prazos de interstício entre os níveis. Observa-se também que, devido à separação das gratificações do salário base – criando a RT, este docente chegará aos quarenta anos como doutor e já alcançado o topo da carreira, com um vencimento base que não ultrapassa o valor de sete mil reais e com isso. Apesar dos ganhos na casa dos dezessete mil enquanto na ativa, ao se aposentar, levará para a aposentadoria apenas o vencimento base.

As questões relativas à infraestrutura e expansão desordenada do REUNI, que serviram de base e motivação para a greve, viram-se esbarradas no próprio plano de

execução do REUNI pelo governo. A necessidade de realização de concursos públicos acabou sendo condicionada às Universidades que estavam sendo expandidas ou construídas e a tão sonhada recomposição do quadro docente de algumas IFES (relativas a déficits anteriores, aposentadorias, exonerações, entre outros) não passou de mera reivindicação.

A exigência de que os concursos para docentes fossem direcionados ao regime de trabalho de Dedicção Exclusiva não foi concretizada, no entanto, após um ano de encerramento da greve, o governo sancionou a medida provisória 614 (BRASIL, 2013) que inclui a exigência de doutorado entre os requisitos de seleção e contratação de professores para Universidades federais, salvo em regiões carentes onde profissionais com outras titulações poderão ocupar a vaga.

Ao final do século XVIII a França passou por uma revolução, a tão famosa Revolução Francesa que buscou modificar as estruturas daquele Estado. Os revolucionários adotaram o seguinte lema para a Revolução: *Liberté, Egalité, Fraternité, ou la mort!* O movimento que atingiu todas as classes conseguiu alterar fortemente a sociedade francesa, mas só o conseguiu porque envolveu todos os membros desta em prol de um único objetivo.

Hoje, o movimento docente poderia apropriar-se dos ideais da Revolução Francesa seguindo uma nova perspectiva. O slogan adotado pelo movimento ocorrido na França traz um pouco da essência do atual movimento dos professores do ensino superior público brasileiro se analisado o ambiente universitário.

A classe de professores universitários busca no *Liberté* uma Universidade mais livre, menos entregue aos interesses políticos, onde a ciência pode ser feita de forma independente, de acordo com o interesse dos pesquisadores.

O *Egalité* representa a busca por uma “igualdade” na remuneração e plano de carreira dos professores, se comparado com outros cargos federais, com menor exigência de escolaridade. A busca por uma igualdade no relacionamento entre Estado e todas as Universidades, sem distinção de nível de produção científica, com acesso a financiamento e bolsas de forma equânime.

Fraternité aponta uma necessidade que o meio universitário tem de desenvolver. As Universidades devem se unir de forma a ganharem projeção com pesquisas, troca de experiências e *know how* tecnológico e científico. O espaço universitário deve se projetar como um espaço unido, único, com coerência de objetivos e unidade de ação, em prol de seus próprios objetivos e de um plano nacional.

Juntos, *Liberté, Egalité, Fraternité* formam os princípios de norteamento do que deve ser a reforma interna/externa do espaço Universidade. É o setor mais im-

portante da economia em termos de projeção de futuro da sociedade, de gerar conhecimento e tecnologia hoje que servirão para o futuro, que forma hoje o país do amanhã. É uma classe chave na sociedade brasileira, possui força “política”, é dotada de poder econômico, e forma a base de toda uma sociedade do agora e do amanhã.

A Universidade no Brasil, ainda que apresente resultados positivos, grande número de pesquisas, produção científica e retorno social, ainda está aquém do quanto o seu potencial lhe permite produzir. Ainda que, cumpra seu papel social e econômico, não apresenta uma real valorização por parte do governo e da sociedade.

As greves têm uma razão de ser na Universidade pública atualmente. Buscam produzir impacto e mobilização, chegando muitas vezes, a dar maior visibilidade à crise e o sucateamento que afeta as instituições superiores de ensino e pesquisa. A partir dessa ideia, nas atuais condições, as Universidades só conseguem avançar quando demonstram força e pressionam, reativando um espírito de luta que outrora se encontrava adormecido. Em suma, reitera-se que a vida democrática é feita de luta e conflito tendo poucas chances de melhoria se não houver empenho e mobilização.

Dessa forma, o slogan da revolução francesa que se completa com o termo “*ou la mort!*”, reafirma que é necessário a união de toda a classe, a conscientização da população e do Estado sobre a importância da educação superior, e assim, um despertar para uma reforma universitária verdadeira com base nos três princípios supracitado, ou caso contrário, será a “morte” de um dos espaços mais dinâmicos e importantes da sociedade brasileira atualmente.

Recebido em setembro de 2013, aprovado em agosto de 2014.

Referências bibliográficas:

ANDES. *Comunicado CNG15*. Brasília, 2013.

BRASIL. Medida Provisória 614 de 14 de maio de 2013. *Altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.*

E SILVA, Doris Accioly; DA SILVA, Marilda; LEITE, Roseana Costa. *Carta de Araraquara. Tempos de greve na Universidade Pública*. Marília: Cultura Acadêmica, 2001.

FANTINATTI, Márcia. *O movimento docente na Universidade Pública*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

FLEURY, Maria Tereza Leme e; DE MATTOS, Maria Isabel Leme. *Sistemas Educacionais Comparados*. Revista de Estudos Avançados, v. 5, n.12, p. 69-81, 1991.

GOERGEN, Pedro. *Educação Superior em debate: Universidade e Compromisso Social - Universidade e Compromisso Social*. Brasília: INEP, 2006.

INEP. *Censo da educação superior: 2010*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

LAHUERTA, Milton; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Greves, crises e poder de agenda na Universidade*. Tempos de greve na Universidade Pública. Marília: Cultura Acadêmica, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; e LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª edição - São Paulo: Atlas 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PINI, Monica Eva; FELDFEBER, Myriam. *Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada*. In: *Perspectivas discursivas sobre profissionalização docente na América Latina*. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora; Fino Traço Editora, 2011.

RICCI, Ruda Guedes Moises Salerno. *Popularidade de Dilma em queda?* Acesso em 02/05/2013. Retirado de: <http://rudaricci.blogspot.com.br/2012/08/popularidade-de-dilma-em-queda.html>